

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 - Em milhares de reais (exceto valor unitário por ação)

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2026, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No primeiro semestre de 2026, a DTVM apresentou um lucro líquido de R\$ 83.778, correspondente a R\$ 1.675,56 por ação, sendo que no primeiro semestre de 2025

apresentou lucro líquido de R\$ 82.313. Em 30 de junho de 2026 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 16.504,52, um aumento de 11,30% em relação a 31 de dezembro de 2025.

Gestão de Pessoas: A DTVM adota a Política de Igualdade de Oportunidades, Antidiscriminação e Antiassédio do Grupo JPMorgan para assegurar um ambiente de trabalho inclusivo, no qual todos se sintam respeitados e empoderados. Em consonância com o seu acionista, Banco J.P. Morgan S.A., a DTVM segue diretrizes globais e possui

políticas de remuneração voltadas ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto, na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de reais)					
	Nota	Junho-2026	Dezembro-2025		Nota
Ativo		1.547.561	2.912.550	Passivo	
Circulante		1.547.561	2.912.550	Circulante	
Disponibilidades	4	167	259	Passivos financeiros	
Ativos financeiros		1.545.764	2.911.965	Passivos financeiros mensurados	
Ativos financeiros mensurados				ao custo amortizado	
ao custo amortizado		1.545.764	2.911.965	Outros depósitos	5.2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	1.539.939	2.905.197	Outros passivos financeiros	
Outros ativos financeiros	5.3	5.825	6.768	Obrigações fiscais correntes	6a
Ativos fiscais correntes		343	-	Outros passivos	11a
Outros ativos	11a	1.287	326	Não circulante	
Não circulante		526.983	39.573	Obrigações fiscais diferidas	6b
Ativos financeiros		486.663	-	Provisões para passivos contingentes	
Ativos financeiros mensurados				e obrigações legais	7
ao custo amortizado		486.663	-	Outros passivos	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	486.663	-	Patrimônio líquido	8
Ativos fiscais diferidos	6b	7.722	7.746	Capital social	
Outros ativos	11a	32.553	31.799	Reservas de capital	
Imobilizado		45	28	Reservas de lucros	
Imóveis e outras imobilizações de uso		56	769	Lucros acumulados	
(-) Depreciações acumuladas		(11)	(741)		
Total do ativo		2.074.544	2.952.123	Total do passivo e patrimônio líquido	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)						
Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2024		550.500	2.583	57.250	289.977	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	82.313
Lucro líquido do período		-	-	-	-	82.313
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	8	-	-	4.116	-	(4.116)
Em 30 de junho de 2025		550.500	2.583	61.366	289.977	78.197
Em 31 de dezembro de 2025		550.500	2.583	67.807	120.558	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	83.778
Lucro líquido do período		-	-	-	-	83.778
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	8	-	-	4.189	-	(4.189)
Em 30 de junho de 2026		550.500	2.583	71.996	120.558	79.589

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026						
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
1. Contexto operacional						
A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Distribuidora” ou “Instituição”) é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas por sua Diretoria em 26 de agosto de 2026.						
2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis						
a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução BCB nº 2 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, sendo observados também os critérios dispostos na Resolução BCB nº 352. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures .						
b) Normas emitidas com vigência desde 1º de janeiro de 2025 - A Resolução BCB nº 352 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa; a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; a designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e a evidenciação de informações de instrumentos financeiros. A implementação das mudanças introduzidas por tal resolução não gerou alteração no valor patrimonial da Distribuidora.						
3. Principais práticas contábeis						
a) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez e prazo original de vencimento em até 3 meses.						
b) Reconhecimento, classificação, mensuração e baixa de instrumentos financeiros - No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) são designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter esses instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro geram fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) são designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter esses instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para a venda desses instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR): essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Passivos financeiros: são mensurados ao custo amortizado, com exceção dos passivos financeiros derivativos e passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de valores financeiros, que são classificados na categoria valor justo no resultado, e dos compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas, que são reconhecidos e mensurados conforme regulamentação específica. Modelo de negócios: Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para geração dos fluxos de caixa. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e fluxos de caixa pela venda dos instrumentos; ou iii) outros. É necessária a aplicação do Teste de SPJP (“Somente Pagamento de Principal e Juros”) para os ativos financeiros classificados nos modelos de negócios i) e ii). Teste de SPJP: É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os fluxos se constituem apenas em pagamento de principal e juros, sendo considerados os elementos mais significativos como: o valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, margem de lucro e custos da operação. Taxa de juros efetiva: É a taxa que equaliza os pagamentos e recebimentos de caixa estimados durante o prazo contratual do instrumento financeiro, incluindo-se os custos de transação e valores a receber que sejam individualmente atribuíveis às operações. Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros: Os ativos financeiros só devem ser reclassificados, de forma prospectiva, e subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios. Baixa de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando todos os riscos e benefícios são transferidos substancialmente de propriedade do ativo, e a transferência se qualifica para baixa. Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida. O passivo financeiro é baixado quando a obrigação especificada no contrato for paga, cancelada ou vencida. c) Mensuração das perdas de crédito esperadas - A Instituição utiliza um modelo de três estágios para mensuração da perda de crédito esperada com base em alterações na qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial: • Estágio 1: instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Instrumentos classificados no Estágio 1 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência de até 12 meses. • Estágio 2: instrumentos financeiros que apresentaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, apresentem atraso superior a 30 dias no pagamento, ou atraso superior a 60 dias em casos específicos se comprovado que não houve aumento significativo no risco de crédito. Instrumentos classificados no Estágio 2 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. • Estágio 3: instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos. Instrumentos classificados no Estágio 3 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. Neste estágio, o reconhecimento de receitas é cessado, e o resultado é reconhecido apenas no recebimento efetivo do caixa. d) Imobilizado - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. e) Passivos contingentes - Os passivos contingentes decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhista, cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o						

montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre os passivos fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases do IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 30 de junho de 2026: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

g) Dividendos e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos a pagar devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e registrados em conta específica no patrimônio líquido.

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Disponibilidades	167	259
Aplicações em operações compromissadas	1.539.939	2.444.164
Total	1.540.106	2.444.423
5. Instrumentos financeiros		
São compostos por aplicações em depósitos interfinanceiros, negociação e intermediação de valores, outros ativos e outros passivos. Os instrumentos financeiros estão classificados integralmente na categoria custo amortizado e no estágio 1.		
5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez - São representadas por aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses e por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 3 meses:		
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros	486.663	461.033
Aplicações em operações compromissadas	1.539.939	2.444.164
Total	2.026.602	2.905.197
Conforme nota 4, o total de aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 1.539.939 (dezembro de 2025 – R\$ 2.444.164) foi considerado como caixa e equivalentes de caixa.		
5.2. Outros depósitos - Referem-se a saldos disponíveis de clientes no valor de R\$ 1.161.536 (dezembro de 2025 – R\$ 2.095.763), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.		
5.3. Outros ativos financeiros - Outros ativos financeiros estão representados, principalmente, por rendas de serviços prestados a receber no valor de R\$ 5.757 (dezembro de 2025 – R\$ 5.224).		
6. Imposto de renda e contribuição social		
a) Obrigações fiscais correntes - Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 47.153 (dezembro de 2025 – R\$ 75.069).		
b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstradas como segue:		
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Contingências	6.537	6.277
Provisão de honorários advocatícios	838	824
Provisão para participações nos lucros	321	637
Outros	26	8
Ativos fiscais diferidos - ativo	7.722	7.746
Obrigações fiscais diferidas - passivo	7.008	6.716
Em 2026, foi constituído ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 291 (junho de 2025 – R\$ 426) e realizado R\$ 315 (junho de 2025 – R\$ 451). Em 2026, foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 292 (junho de 2025 – R\$ 264). A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 7.722 (dezembro de 2025 – R\$ 7.746) é estimada conforme abaixo:		

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Disponibilidades	167	259
Aplicações em operações compromissadas	1.539.939	2.444.164
Total	1.540.106	2.444.423

5. Instrumentos financeiros

São compostos por aplicações em depósitos interfinanceiros, negociação e intermediação de valores, outros ativos e outros passivos. Os instrumentos financeiros estão classificados integralmente na categoria custo amortizado e no estágio 1.

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez -

São representadas por aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses e por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 3 meses:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros	486.663	461.033
Aplicações em operações compromissadas	1.539.939	2.444.164
Total	2.026.602	2.905.197

Com base na Resolução BCB nº 2, os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futura apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.002 (dezembro de 2025 – R\$ 3.290). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2026.

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	139.706	137.171
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(55.883)	(54.868)
Outros	(45)	10
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(45)	10
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(55.928)	(54.858)
7. Passivos contingentes e obrigações legais		
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. A Distribuidora também é parte em um processo judicial de natureza tributária no valor de R\$ 5.175 (dezembro de 2025 – R\$ 5.090), cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis por sua condução. As provisões para contingências constituídas e as variações no período estão assim apresentadas:		
I. Composição dos saldos patrimoniais		
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fiscais e previdenciárias	26.468	25.818
Total	26.468	25.818

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Janeiro-Junho/2026	Janeiro-Junho/2025	
Receitas da intermediação financeira		129.237	135.033	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		129.237	135.033	
Resultado de variação cambial líquida de instrumentos financeiros		(362)	(563)	
Resultado bruto da intermediação financeira		128.875	134.470	
Outras receitas (despesas) operacionais		10.845	2.701	
Receitas de prestação de serviços	11b	36.781	26.996	
Despesas de pessoal		(6.435)	(6.006)	
Outras despesas administrativas	11c	(11.533)	(10.725)	
Despesas tributárias		(7.882)	(7.644)	
Outros resultados operacionais		564	666	
Reversão / (Constituição) de provisões	11d	(650)	(586)	
Resultado operacional		139.720	137.171	
Resultado não operacional		(14)	-	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		139.706	137.171	
Imposto de renda e contribuição social	6	(55.928)	(54.858)	
Provisão para imposto de renda		(34.729)	(34.101)	
Provisão para contribuição social		(20.883)	(20.468)	
Ativo / (Passivo) fiscal diferido		(316)	(289)	
Lucro líquido do período		83.778	82.313	
Quantidade de ações	8	50.000	50.000	
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		1.675,56	1.646,26	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO				
(Em milhares de reais)				
	Nota	Janeiro-Junho/2026	Janeiro-Junho/2025	
Lucro líquido do período		83.778	82.313	
Outros resultados abrangentes no período		-	-	
Outros resultados abrangentes no período		-	-	
Quantidade de ações		50.000	50.000	
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		1.675,56	1.646,26	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Janeiro-Junho/2026	Janeiro-Junho/2025	

Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		83.996	82.549
Lucro líquido do período		83.778	82.313
Ajuste ao lucro líquido:		218	236
Atualização de depósitos judiciais		(751)	(642)
Provisões para contingências	7	650	586
Ativo / passivo fiscal diferido	6b	316	289
Depreciações		3	3
Variação de ativos e passivos		(988.293)	(542.266)
Aumento em instrumentos financeiros		(23.882)	(40.459)
Redução em outros depósitos		(934.227)	(492.084)
(Aumento) / Redução em outros ativos		(2.058)	536
Aumento em outros passivos		54.989	54.195
Imposto de renda e contribuição social pagos		(83.115)	(64.454)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(904.297)	(459.717)
Atividades de investimento			
Aquisição de outras imobilizações de uso		(20)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(20)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(904.317)	(459.717)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	2.444.423	1.891.407
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	1.540.106	1.431.690
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(904.317)	(459.717)

II. Movimentação dos saldos patrimoniais	
	Fiscais e previdenciárias
	Junho de 2026 Dezembro de 2025
Saldo inicial.....	25.818 24.549
Despesas financeiras – juros	650 1.269
Saldo final	26.468 25.818
i. Ações Cíveis - A Instituição é parte em processos judiciais cíveis que não são diretamente relacionados às suas operações, com risco de perda classificado como possível pelos assessores legais em valor total aproximado de R\$ 40 (dezembro de 2025 – R\$ 38).	
8. Patrimônio líquido	
O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 70.000. Na mesma data, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 300.000, sendo R\$ 270.000 oriundos de parte da conta de Reserva de Lucros – Estatutária e R\$ 30.000 do saldo do lucro líquido do exercício de 2025.	

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Decio Ramos Porchat de Assis

Eliza Harumi Ogawa

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

Marcelo Luis Alvarez Gaiani

Mariana Plass Rizzo

Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3